

O Associativismo Jovem como Motor de Rutura e Mudança Social

■ *Maria Inês Casanova Chaminé*

2230945@iscap.ipp.pt

<https://orcid.org/0009-0000-8336-3437>

ISCAP, Instituto Politécnico do Porto

Resumo

No contexto contemporâneo, caracterizado por crises polissistémicas e pela premente necessidade de reconfiguração das respostas institucionais tradicionais, a juventude assume um papel central na transformação e renovação da participação cívica. Este artigo analisa o associativismo jovem em Portugal não apenas como um espaço de lazer, socialização ou voluntariado esporádico, mas sim como um motor estrutural de mudança social e uma escola de cidadania ativa que desafia os estigmas geracionais da passividade digital e da apatia política. Esta reflexão discute como as lacunas e omissões institucionais são ocupadas por movimentos orgânicos de base, que transformam causas sociais urgentes - como a crise da saúde mental e as barreiras no acesso à habitação digna - em eixos de intervenção direta e coprodução de políticas públicas. Através de uma revisão detalhada da literatura clássica e contemporânea sobre participação cidadã e do cruzamento de dados empíricos recentes do contexto português, o estudo demonstra que a eficácia desta dinâmica reside na inovação social e no envolvimento ativo dos cidadãos em redes horizontais. Conclui-se que a resiliência democrática e a legitimidade das instituições dependem do combate efetivo à participação puramente simbólica e da integração plena dos jovens enquanto parceiros estratégicos na governação, na deliberação e na gestão da mudança.

Palavras-chave: Associativismo Jovem, Inovação Social, Cidadania Ativa, Mudança Social, Participação Democrática, Democracia

Abstract

In the contemporary context, characterized by polysystemic crises and the urgent need to reconfigure traditional institutional responses, youth assumes a central role in the transformation and renewal of civic participation. This article analyzes youth associativism in Portugal not merely as a space for leisure, socialization, or sporadic volunteering, but rather as a structural engine of social change and a school of active citizenship that challenges generational stigmas of digital passivity and political apathy. This reflection discusses how institutional gaps and omissions are occupied by organic, grass-roots movements that transform urgent social causes — such as the mental health crisis and barriers to accessing decent housing- into axes of direct intervention and the co-production of public policies. Through a detailed review of classical and contemporary literature on citizen participation and the intersection of recent empirical data from the Portuguese context, the study demonstrates that the effectiveness of this dynamic lies in

social innovation and the active involvement of citizens in horizontal networks. It is concluded that democratic resilience and the legitimacy of institutions depend on effectively combating purely symbolic participation and the full integration of young people as strategic partners in governance, deliberation, and change management.

Keywords: Youth Associativism, Social Innovation, Active Citizenship, Social Change, Democratic Participation, Governance.

Introdução

O associativismo jovem afirma-se, na presente década, como um fenómeno sociológico e político de relevo crucial para compreender as dinâmicas de mudança social e a evolução das democracias liberais contemporâneas. Numa perspetiva orientada para os desafios complexos de 2026, o cenário nacional é definido por uma interconexão de vulnerabilidades que afetam diretamente as novas gerações, nomeadamente as discussões em torno da urgência climática, a precarização do emprego jovem, a perda de poder de compra e o aumento dos diagnósticos de perturbações de saúde mental na população estudantil. Diante deste panorama, os jovens assumem um papel relevante que desafia as abordagens tradicionais de governação, forçando uma revisão dos mecanismos de diálogo entre o Estado e a sociedade civil.

Historicamente, a participação juvenil tem sido analisada pela sociologia clássica como uma fase de transição para a vida adulta, um período de preparação cívica ou uma atividade secundária ligada ao lazer. O associativismo jovem contemporâneo contribui, decisivamente, para redefinir esta visão limitada, devendo ser encarado como uma força de intervenção social autónoma. Esta dinâmica demonstra ser capaz de converter a insatisfação provocada pela morosidade das instituições formais, em ações coletivas organizadas, que preenchem lacunas na prestação de respostas diretas à comunidade. Na perspetiva dos jovens, a resolução de problemas coletivos pressupõe a criação de alternativas estruturadas a partir da base social, privilegiando o impacto comunitário prático em detrimento de processos excessivamente burocráticos.

Este artigo sustenta que o associativismo jovem pode funcionar como motor de mudança social porque promove a participação cívica, desenvolve competências de liderança e responde a problemas que as instituições formais nem sempre conseguem acompanhar com rapidez, devendo por isso, deve ser reconhecido como parceiro estratégico na governação democrática, evitando práticas de participação simbólica ou *tokenismo*.

Para fundamentar esta reflexão a metodologia adota um cruzamento analítico entre o enquadramento das políticas públicas de juventude em Portugal - assente no Plano Nacional para a Juventude 2022-2024 (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2022) e no Programa Associa-te (Instituto Português do Desporto e Juventude, s.d.) - e nos dados empíricos sobre o comportamento político dos jovens, patentes nos estudos da Fundação Calouste Gulbenkian (Costa et al., 2022) e do Conselho Nacional de Juventude (2025). A análise ganha profundidade conceptual ao integrar os modelos clássicos de participação de Arnstein (1969), Hart (1992) e Checkoway (2011), que os aplicam analiticamente ao papel das federações académicas, com foco na atividade desenvolvida pela Federação Académica do Porto (2024), procurando estabelecer pontes firmes entre a teoria sociopolítica e a prática do movimento associativo

Discussão

A desconstrução da passividade

Ao analisar a esfera pública atual, constata-se a persistência de um estigma geracional que tende a classificar os jovens como apáticos ou exclusivamente focados no ambiente digital. Críticos rotulam frequentemente este compromisso como "ativismo de sofá", sugerindo que a intervenção política se esgota na partilha transitória de conteúdos ou no uso de *hashtags*. Contudo, a dinâmica do associativismo em Portugal demonstra que esta visão é incompleta e insuficiente. O associativismo jovem manifesta-se como uma escolha política consciente e estratégica, onde as plataformas digitais funcionam como ferramentas de mobilização e coordenação de causas urgentes.

Esta reconfiguração encontra suporte na literatura científica recente. Fernández Guzmán Grassi et al. (2024) demonstram que as novas gerações não são desfavoráveis à democracia, a sua participação é que se reconfigurou através de modalidades não convencionais, mais orientadas para causas específicas e para a ação local. No contexto português, o relatório de Costa et al. (2022) para a Fundação Calouste Gulbenkian confirma que não há um declínio generalizado do interesse político dos jovens, mas sim uma transferência das dinâmicas de participação dos canais partidários tradicionais para movimentos cívicos e coletivos de base.

Esta transição do ambiente virtual para o físico é explicada por Earl et al. (2017), que clarificam que o uso da internet não elimina a participação presencial, mas antes reconfigura as formas de mobilização e socialização política. Theocharis (2015) corrobora esta leitura ao notar que as práticas digitais têm um significado político real e estruturante, uma vez que reduzem as barreiras à entrada na ação coletiva e dinamizam o debate público.

Em Portugal, esta postura pragmática reflete-se na atividade de estruturas como a Federação Académica do Porto que posiciona os estudantes como parceiros estratégicos, dotados de propostas técnicas fundamentadas. Como assinala o Conselho Nacional de Juventude (2025) no seu estudo, os jovens privilegiam hoje formatos focados em metas tangíveis e respostas céleres a problemas urgentes - como a saúde mental e a crise da habitação. Desta forma, o movimento associativo contorna a morosidade institucional e impõe uma agenda pública baseada na eficácia e na monitorização permanente da governação.

A Escola da Cidadania

O associativismo jovem em Portugal assume uma dimensão profundamente pedagógica, atuando como um espaço de aprendizagem, não formal, que colmata lacunas críticas do sistema de ensino tradicional. Enquanto o modelo de educação formal permanece predominantemente focado na transmissão de conhecimento teórico, o ambiente associativo confronta os jovens com desafios práticos do mundo real, tais como a gestão de recursos limitados, a negociação com entidades públicas e privadas, e a responsabilidade de representar coletivos heterogéneos.

Esta vertente prática é amplamente fundamentada pela literatura internacional sobre *Youth Work* e desenvolvimento de competências. De acordo com Basarab e O'Donovan (2020), no manual *Youth Work Essentials*, as atividades assentes no associativismo baseiam-se na aprendizagem não formal e informal, promovendo de forma sistemática a autonomia, a responsabilidade cívica e as aptidões diretamente transferíveis para o mercado de trabalho (*Employability Skills*). É neste ecossistema que os jovens desenvolvem capacidades essenciais como liderança, negociação, comunicação estratégica e tomada de decisão sob pressão. A relevância destas competências reside no facto de prepararem os jovens para intervir num espaço público em constante mutação. A capacidade de mediar conflitos e construir consensos no seio de uma assembleia estudantil constitui um exercício prático de governação que a educação formal não consegue replicar.

Além disso, o enquadramento fornecido por Basarab e O'Donovan (2020) sublinha que o associativismo estimula o pensamento crítico face às desigualdades sociais, incentivando os participantes a desenharem soluções locais para problemas globais. Flanagan e Levine (2010) reforçam que, este envolvimento cívico precoce é vital para o fortalecimento democrático e para o percurso individual dos cidadãos, embora alertem que as oportunidades de participação se encontram muitas vezes distribuídas de forma desigual na sociedade.

A nível nacional, as iniciativas promovidas pelo Instituto Português do Desporto e Juventude (IPDJ), como as Comemorações do Dia do Associativismo Jovem (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2026), funcionam como momentos de validação e visibilidade deste ecossistema enquanto incubadora de cidadania ativa. Este papel pedagógico traduz-se também na criação de redes de mentoria informal entre gerações de dirigentes, o que

assegura a transferência de conhecimento organizacional e técnico. Quando o Estado reconhece, e apoia estas dinâmicas - promovendo uma participação significativa e inclusiva - está a validar uma escola de cidadania que atua na prevenção do afastamento democrático e na formação de lideranças públicas eticamente responsáveis. A valorização destas competências adquiridas no terreno é, por isso, um passo necessário para garantir que o movimento associativo continue a atrair talentos e a funcionar como o principal laboratório de inovação social do país.

Os desafios e as barreiras

Apesar do dinamismo e da relevância pedagógica evidenciados, as organizações associativas enfrentam barreiras estruturais significativas que limitam o seu impacto e autonomia no contexto português. Um dos obstáculos mais persistentes diz respeito ao fenómeno do *tokenismo*, ou seja, a práticas de participação, puramente simbólicas, que não se traduzem em poder deliberativo real. Para compreender esta barreira, importa recorrer à tipologia clássica de Arnstein (1969), que define os níveis de envolvimento dos cidadãos. O autor distingue os patamares da não-participação (como a manipulação e a terapia), os níveis de concessão simbólica (informação, consulta e pacificação) e, no topo, o poder cidadão efetivo (parceria, delegação de poder e controlo). No âmbito das políticas públicas de juventude, esta lógica manifesta-se com frequência quando os dirigentes associativos são integrados em conselhos consultivos de cariz meramente simbólico. Os jovens são chamados para dar opinião ou para constar na fotografia oficial de lançamento de novas medidas, mas as suas propostas e análises técnicas são desconsideradas no momento da decisão final, situando a sua participação nos degraus inferiores da concessão simbólica de Arnstein (1969).

Hart (1992), na sua obra de referência desenvolvida para a UNICEF sobre a participação juvenil, expande esta análise ao propor o modelo da "Escada de Participação", diferenciando de forma clara a inclusão decorativa da participação autêntica. O autor adverte que convidar as novas gerações para palcos institucionais sem lhes conceder a capacidade real de influenciar os resultados corrompe o princípio democrático e gera um sentimento de cinismo cívico e desmotivação profunda. O combate ao *tokenismo* exige, portanto, uma transição urgente para modelos de co-governança, onde a audiência por cortesia seja substituída por parcerias estratégicas dotadas de capacidade executiva e deliberação conjunta.

Neste sentido, os documentos estratégicos nacionais indicam caminhos fundamentais para superar estas barreiras. No relatório sobre as Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem, Martins et al.(2024) sinaliza os entraves burocráticos e as estruturas rígidas que inibem uma participação significativa e inclusiva em Portugal, sublinhando a necessidade de modelos mais consequentes e horizontais de consulta. Paralelamente, o Plano Nacional para a Juventude 2022-2024 (Instituto Português do Desporto e Juventude, 2022) destaca a importância de fortalecer a emancipação e a inclusão dos jovens nos processos formais de decisão, servindo como um referencial seguro para enquadrar as políticas públicas de juventude.

Para que este quadro estratégico produza efeitos práticos, torna-se imperativo acionar os mecanismos de incentivo previstos em programas institucionais, como o Programa Associate (Instituto Português do Desporto e Juventude, s.d.), focando esforços na desburocratização dos processos de financiamento público e no reforço jurídico do Estatuto do Dirigente Associativo. A sustentabilidade e a independência do movimento dependem de modelos de financiamento transparentes e plurianuais que permitam o planeamento a médio prazo. Só assim o associativismo jovem poderá libertar-se de uma gestão de sobrevivência financeira imediata, para se consolidar como um pilar estável de inovação social e resiliência democrática.

Conclusão

Em síntese, a presente reflexão demonstra que o associativismo jovem em Portugal se constitui como o motor de uma reconfiguração necessária dos modelos de cidadania contemporâneos, rompendo com visões obsoletas que o remetiam para uma esfera puramente secundária ou de lazer. A transição para formas de intervenção direta, orientadas por causas específicas e soluções locais, reflete o aparecimento de uma dinâmica assente na eficácia prática, colmatando lacunas em áreas prioritárias como a saúde mental e a habitação estudantil, onde as estruturas governamentais manifestam dificuldade em responder em tempo útil. Os dados empíricos e os estudos revistos confirmam que a juventude recorre à sua capacidade de auto-organização e literacia digital não como uma forma de isolamento ou passividade, mas como um veículo de compromisso ético e inovação social.

Adicionalmente, ficou demonstrado que o ecossistema associativo opera como uma central de aprendizagem não formal e informal, desenvolvendo competências cívicas e de liderança fundamentais para o percurso individual dos cidadãos e para o fortalecimento democrático, embora estas competências ainda careçam de uma plena valorização institucional e profissional.

A sustentabilidade e a resiliência das instituições democráticas dependem da capacidade de acolher esta energia transformadora de forma estrutural, abandonando perspetivas paternalistas. A superação de práticas de participação simbólica ou *tokenismo* - enquadrada teoricamente pelos modelos analíticos de Arnstein (1986) e Hart (1992), e estrategicamente pelos referenciais nacionais do IPDJ e de Martins et al. (2024) - exige uma evolução em direção a modelos reais de co-governança. Fortalecer os quadros de financiamento plurianual, garantir a autonomia financeira das organizações e assegurar o poder deliberativo dos jovens são passos fundamentais para que o movimento associativo continue a ser a vanguarda da mudança social, consolidando uma democracia que se quer mais participada, transparente e apta a responder aos complexos desafios contemporâneos.

Declaração de uso de IA

Durante a elaboração deste artigo, a autora utilizou a ferramenta *Gemini* para reestruturação do texto, aperfeiçoamento gramatical ou pesquisa de referências. Todo o conteúdo gerado foi submetido a uma análise crítica, sendo revisto, validado e complementado pela autora, garantindo o seu rigor conceptual e a sua conformidade com princípios éticos e científicos.

Referências

- Arnstein, S. R. (1969). A Ladder of Citizen Participation. *Journal of the American Institute of Planners*, 35(4), 216–224. <https://doi.org/10.1080/01944366908977225>
- Basarab, T., & O'Donovan, J. (2020). *Youth work essentials*. Partnership between the European Commission and the Council of Europe in the field of youth. <https://edoc.coe.int/en/youth-in-europe/9248-youth-work-essentials.html#>
- Checkoway, B. (2011). What is youth participation? *Children and Youth Services Review*, 33(2), 340–345. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2010.09.017>
- Conselho Nacional de Juventude. (2025, 22 de dezembro). *Conselho Nacional de Juventude apresenta ID Jovem: Juventude em números*. <https://www.cnj.pt/post/conselho-nacional-de-juventude-apresenta-id-jovem-juventude-em-n%C3%BAmoros>
- Costa, P., Magalhães, P., Costa, E., Menezes, I., Silva, P., & Ferreira, P. (2022). *A participação política da juventude em Portugal: Relatório síntese*. Fundação Calouste Gulbenkian. <https://cdn.gulbenkian.pt/wp-content/uploads/2022/03/Relatorio-Sintese-PT-final.pdf>

- Earl, J., Maher, T. V., & Elliott, T. (2017). Youth, activism, and social movements. *Sociology Compass*, 11(4), e12465. <https://doi.org/10.1111/soc4.12465>
- Federação Académica do Porto. (2024). *Relatório de atividades 2024*. Federação Académica do Porto. https://www.fap.pt/UserFiles/Legacy/u29/relatoriodeatividades2024_2.pdf
- Fernández Guzmán Grassi, M., Portos, M., & Felicetti, A. (2024). people's attitudes towards democracy and political participation: Evidence from a cross-European study. *Government and Opposition*, 59, 582–604. <https://doi.org/10.1017/gov.2023.16>
- Flanagan, C., & Levine, P. (2010). Civic Engagement and the Transition to Adulthood. *The Future of Children*, 20(1), 159–179. <https://dx.doi.org/10.1353/foc.0.0043>.
- Hart, R. (1992). *Children's Participation: From tokenism to citizenship* UNICEF International Child Development Centre.
- Instituto Português do Desporto e Juventude .(s.d.). Programa Associa-te. <https://ipdj.gov.pt/programa-associa-te>Instituto Português do Desporto e Juventude. (2022). *II Plano Nacional para a Juventude 2022-2024*. Instituto Português do Desporto e Juventude. <https://ipdj.gov.pt/plano-nacional-para-a-juventude>
- Instituto Português do Desporto e Juventude. (2026, 23 de abril). *Dia do Associativismo Jovem assinalado a 30 de abril no âmbito da Semana Europeia da Juventude*. <https://ipdj.gov.pt/-/dia-associativismo-jovem-assinalado-a-30-de-abril>
- Martins, V., Dias, N., Luz, S., Paixão, O., Coimbra, I., & Graça, M. (2024). *Linhas estratégicas para a promoção da participação jovem em Portugal*. Associação Oficina de Planeamento e Participação. Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P. https://bibliotecadodesporto.ipdj.pt/BiblioNET/Upload/E-BOOKS/Relat_final_IPDJ.pdf
- Theocharis, Y. (2015). The conceptualization of digitally networked participation. *Social Media + Society*, 1(2), 1-14. <https://doi.org/10.1177/2056305115610140>